

IX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

TERRA + PÃO + PAZ

RETRATOS DA VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

PORTRAITS OF POLITICAL VIOLENCE AGAINST WOMEN IN BRAZIL

Andrea Fricke Duarte¹

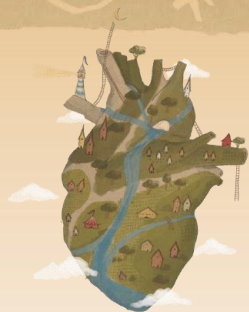
Tauana Minozzo Bertim²

Resumo: O presente trabalho analisa a violência política de gênero no Brasil como um fenômeno estruturante, intensificado nos últimos anos por um contexto político e cultural de avanço do neofascismo. A violência política contra as mulheres, embora não seja recente, passou a ser conceituada e tipificada juridicamente apenas na última década, com marcos como as Leis nº 14.192/2021 e 14.197/2021. O estudo traça um panorama de casos emblemáticos, como o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o assassinato da vereadora Marielle Franco, os ataques sofridos por Manuela D'Ávila e a recente violência simbólica contra a ministra Marina Silva. Essas ocorrências evidenciam um padrão de agressão física, psicológica, simbólica e institucional com o objetivo de silenciar e banir as mulheres dos espaços de poder. A análise se ancora na intersecção entre patriarcado, racismo estrutural e a ascensão de uma cultura fascista que legitima o uso da violência como ferramenta de controle político e social. Utilizando aportes teóricos como Manuela D'Ávila, Marcia Tiburi, Vladimir Safatle, Estudos Decoloniais, entre outros, o trabalho aponta para a construção histórica da mulher como sujeito inferior e não legítimo no espaço público. A violência política é apresentada como dispositivo de deslegitimação da presença feminina e racializada na política institucional, sustentada por uma estrutura afetiva de silenciamento, medo e exclusão. Metodologia utilizada foi análise crítica e revisão de literatura a partir da filosofia de Foucault, Safatle, Dávila e a perspectiva decolonial. A investigação mostra como os discursos fascistas se articulam com práticas misóginas e racistas, perpetuando uma lógica de extermínio simbólico e real. Por fim, destaca-se a importância das estratégias de resistência, como a fala, a denúncia pública e o reconhecimento da existência política das mulheres como forma de enfrentamento à cultura do silenciamento.

Palavras-chave: Violência Política. Gênero. Mulheres. Patriarcado. Estudos Decoloniais. Resistência.

¹ Doutora em Psicologia Social e Institucional (UFRGS). Docente do curso de Psicologia da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Campus de Santo Ângelo. Email: andreaduarte@san.uri.br

² Pós-Graduada em Psicanálise e Análise do Contemporâneo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduada em Psicologia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: tauana_bertim@hotmail.com



IX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

TERRA + PÃO + PAZ

Abstract: This study analyzes gender-based political violence in Brazil as a structuring phenomenon, intensified in recent years by a political and cultural context marked by the advance of neofascism. Political violence against women, although not recent, has only been legally conceptualized and typified in the last decade, with milestones such as Laws No. 14,192/2021 and 14,197/2021. The study outlines a panorama of emblematic cases, such as the impeachment of President Dilma Rousseff, the assassination of Councilwoman Marielle Franco, the attacks suffered by Manuela D'Ávila, and the recent symbolic violence against Minister Marina Silva. These occurrences reveal a pattern of physical, psychological, symbolic, and institutional aggression aimed at silencing and excluding women from spaces of power. The analysis is anchored in the intersection between patriarchy, structural racism, and the rise of a fascist culture that legitimizes the use of violence as a tool of political and social control. Drawing on theoretical contributions from Manuela D'Ávila, Marcia Tiburi, Vladimir Safatle, Decolonial studies, among others, the work points to the historical construction of women as inferior and illegitimate subjects in the public sphere. Political violence is presented as a mechanism of delegitimization of female and racialized presence in institutional politics, sustained by an affective structure of silencing, fear, and exclusion. The methodology employed was critical analysis and literature review based on the philosophy of Foucault, Safatle, D'Ávila, and the decolonial perspective. The investigation shows how fascist discourses articulate with misogynistic and racist practices, perpetuating a logic of symbolic and real extermination. Finally, the importance of resistance strategies is highlighted, such as speech, public denunciation, and the recognition of women's political existence as forms of confronting the culture of silencing.

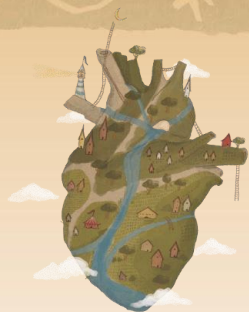
Keywords: Political Violence. Gender. Women. Patriarchy. Decolonial Studies. Resistance.

INTRODUÇÃO

Em 2021, através do estabelecimento da lei 14.192/2021 por parte do governo federal, foi conceituado a violência no âmbito político com recorte de gênero, voltado para mulheres, podendo se apresentar com várias facetas, como violência física, sexual, psicológica, virtual, manobras políticas, conforme noticiado por Lara Haje e Marcia Becker³.

Apesar de não ser um fenômeno novo na vida das mulheres com atuação e ativismos políticos, nós estamos assistindo a uma escalada de violência e intolerância política às mulheres. A escalada se dá a partir do golpe jurídico-parlamentar-midiático contra a presidenta Dilma Rousseff (PT), num processo cheio de atos e violência política, mas antes

³ HAJE, Lara (Reportagem); BECKER, Marcia (Edição). Sancionada lei de combate à violência política contra a mulher. *Agência Câmara de Notícias*, Brasília, 4 ago. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/789925-sancionada-lei-de-combate-a-violencia-politica-contra-a-mulher/>. Acesso em: 28 nov. 2025.



IX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO TERRA + PÃO + PAZ

mesmo, em 2015, quando foram distribuídos adesivos, que tinha como objetivo simular uma violência sexual na presidenta, já se demonstrava a utilização de uma violência contra a mulher com o objetivo de humilhação e objetificação.

Em uma sucessão de violências, no ano de 2018, a vereadora Marielle Franco (PSOL) foi assassinada à tiros⁴. Em 2020, aponta Manuela D'Ávila⁵, a deputada estadual Isa Penna (PSOL) teve os seios apalpados dentro do plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo. Poucos meses depois a filha da deputada federal Manuella D'Ávila, de então 5 anos, foi fotografada na escola pelo pai de outra aluna e teve sua imagem circulando em grupos de whatsapp, até chegar em grupos que ameaçariam Manuella de morte, e a filha de estupro, o que a fez se afastar da política⁶.

A última que ganhou repercussão nacional aconteceu no dia 27 de maio desse ano, 2025, onde a ministra do meio-ambiente Marina Silva sofreu ataques durante uma audiência na Comissão de Infraestrutura⁷. A ministra teve o microfone cortado e foi impedida de falar⁸. O senador Marcos Rogério (PL-RO) pediu respeito à ministra e a mandou se “*por no seu lugar*”. O senador Plínio Valério (PSDB-AM), ao cumprimentar Marina, afirmou que desejava “*separar a mulher da ministra*” porque “*mulher merecia respeito*” e a ministra, não⁹.

Esses são, infelizmente, alguns retratos da violência política contra a mulher no Brasil nos últimos anos. Neste sentido, o presente trabalho busca fazer uma análise deste fenômeno, a partir de uma análise crítica e revisão de literatura a partir da perspectiva de Márcia Tiburi, Manuela D'Ávila, estudos decoloniais e também, a filosofia de Foucault e Safatle, também tomando pesquisas realizadas na área para discussão e maior compreensão do fenômeno e suas repercussões na política brasileira.

⁴ MEMÓRIA GLOBO. *Caso Marielle*. 2021. Disponível em: https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/noticia/caso-marielle.ghtml#ancora_1. Acesso em: 30 nov. 2025.

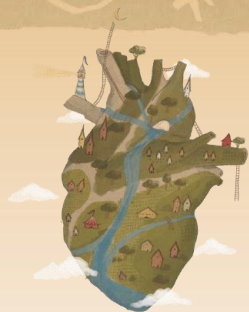
⁵ D'ÁVILA, Manuella. *Sempre foi sobre nós: relatos da violência de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

⁶ D'ÁVILA, 2022.

⁷ G1. *O que motivou ataques a Marina Silva no Senado: 'Fui agredida fazendo meu trabalho'*. Rio de Janeiro, 28 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/28/o-que-motivou-ataques-a-marina-silva-no-senado-fui-agredida-fazendo-meu-trabalho.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2025.

⁸ G1, 2025.

⁹ G1, 2025.



IX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO TERRA + PÃO + PAZ

ANÁLISE E DISCUSSÃO

A nomeação como um ato de resistência/re-existência

O ato de nomear um fenômeno lhe confere um estatuto de existência. Ao realizarmos uma nomeação, aquilo que foi nomeado passa a ter um reconhecimento, primeiro para o próprio sujeito e após compartilhado, passa a ser reconhecido socialmente e ganha visibilidade¹⁰. Seguindo a teoria psicanalítica de Lacan, Keilah Gerber¹¹ explica que o ato de nomear possibilita a construção de uma percepção acerca do objeto. Tudo aquilo que vivenciamos, no mundo interno e externo, tem seu sentido construído através da linguagem, porque é onde o significante, objeto material, é ligado ao conceito, e isso revela como o sujeito entende sua realidade, pois é onde ele deposita o significado, é onde ele entrelaça a memória com o sentido, e cria a sua própria percepção, e a altera¹². É nesse enlace que se entende que o nomear é existir, porque é nessa trama de significantes e significados, que o sujeito constrói a relação com o mundo externo, e nessas relações, potencializa a criação de novas percepções, atravessadas pelo laço social.

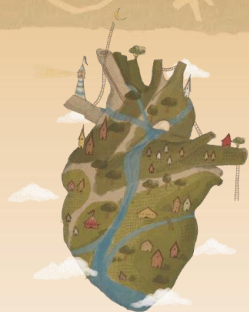
Nesse sentido, a violência política após ser nomeada e tipificada como um crime, passa a ter um significado, um reconhecimento que valida o testemunho daquelas que experenciam a violência, e através desse conhecimento compartilhado, existe uma memória, que é atravessada pela percepção das vítimas, e transformada em algo que é coletivo. E se faz importante salientar que, embora o fenômeno não seja recente, sua nomeação é, visto que as eleições de 2022 foram as primeiras nas quais a criminalização da violência política esteve em vigor no Brasil, na Lei n.14.197/2021, sobre violência política geral e na Lei n. 14.192/2021, que especifica a violência contra as mulheres¹³.

¹⁰ GERBER, Keilah Freitas. *Teu nome é minha herança: a nomeação a partir da psicanálise lacaniana*. 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2018.

¹¹ GERBER, 2018.

¹² GERBER, 2018.

¹³ MATOS, Marlise; GONÇALVES, Viviane; MONTEIRO, Ester. A violência política contra as mulheres em perspectiva interseccional (VPCMI): Minas Gerais como locus teórico e prático sobre a compreensão do fenômeno. *Terceiro Milênio*, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 23, n. 1, p. 16-39, jan./abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.59901/2318-373X/v23n1a1>.



IX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO TERRA + PÃO + PAZ

Para tanto, apesar da violência contra a mulher ser uma prática enraizada na cultura brasileira, a nomeação da violência política de gênero permite uma maior compreensão do contexto desse ato, seus impactos e motivações. De acordo com Pinho¹⁴, a violência política contra a mulher é um fenômeno que engloba vários tipos de práticas, que visam denegrir o físico, psicológico e social da mulher, tendo impacto em diversos âmbitos, e com reverberações no cenário político, como o distanciamento da vítima de sua prática política.

Nomear, para além de tornar possível o estudo destes dados, permite a inscrição daquela violência, num ato de criar uma representação, um significado, e quando trazemos isso para o âmbito social, estamos falando em compartilhar uma experiência coletiva. Neste sentido, um termo que explica o que acontece com as mulheres, não apenas denúncia, como permite o reconhecimento e compartilhamento de uma vivência, que as une e assim, possibilita a articulação do singular de cada uma dessas experiências, construindo um saber coletivo, que traz um novo olhar sobre si e sobre o social¹⁵.

Esse novo, criado na articulação entre os saberes de cada uma dessas mulheres, que reconhece e valida seu existir, constrói espaço de resistência, não num sentido de combate, mas de possibilidade de re-existir, de voltar a ter reconhecimento em sua própria existência. Tauana Bertim¹⁶ trabalha esse conceito de resistência, propondo que a maior estratégia de resistência, possa ser construir espaços de existência para essas subjetividades excluídas, desumanizadas, pois através dessa possibilidade de existir, falar, é possível nomear as violências, fazer vê-las, tornando inegável sua existência e sua luta.

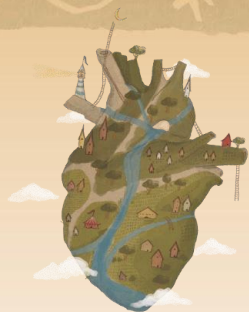
O que está por traz da violência política

A partir deste ponto, sabendo que a nomeação possibilita o compartilhamento, e assim a construção de um saber e um sentido sobre o que está acontecendo, podemos trazer uma

¹⁴ PINHO, Tássia Rabelo de. Debaixo do tapete: a violência política de gênero e o silêncio do conselho de ética da câmara dos deputados. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n267271>.

¹⁵ ROMIO, Caroline Matos; ROSO, Adriane. Violência política: as representações sociais mobilizadas por comentários antifeministas. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 18, n. 52, p. 442-461, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.11177201>.

¹⁶ BERTIM, Tauana Minozzo. *Impactos da violência política na perspectiva das vítimas*. 2023. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, 2023. Inédito.



IX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO TERRA + PÃO + PAZ

leitura desse fenômeno da violência política através de uma análise da ascensão do neofascismo nos últimos anos na cultura e a especificidade dele na construção dos afetos contemporâneos e de que maneira ele se casa com as violências estruturais que fundam a sociedade brasileira, a saber o patriarcado e o racismo estrutural. Segundo George Boris e Mirella Cesídio¹⁷, o patriarcado defende o discurso de inferioridade da mulher em relação ao homem, e sua incapacidade física, intelectual e psicológica de estar no mesmo espaço de fala que o mesmo. E como sua consequência nefasta, enfrentamos cotidianamente a misoginia. Segundo Ministério das Mulheres, na campanha nacional “Brasil sem misoginia”, define o termo como o sentimento de repulsa, ódio ou aversão às mulheres. A misoginia se manifesta na discriminação e no ódio contra mulheres¹⁸.

Para seguir essa ótica, toma-se como base a pesquisa “Impactos da violência política na perspectiva das vítimas” de Tauana Bertim. O trabalho consistiu em, através da entrevista de duas mulheres ativas na política de suas respectivas regiões, que foram afastadas devido a violências políticas de gênero, construir um cenário para esse fenômeno, entrelaçando com a dinâmica da política brasileira, revelando o que está por detrás desta prática¹⁹.

A pesquisa, que utilizou a metodologia da análise do discurso foucaultiana, revelou que há a ascensão de uma ordem fascista que opera através da violência política, fortemente entrelaçada à estrutura patriarcal, levando esse fenômeno a se apresentar em forma de discurso e ato, na busca pelo silenciamento e extermínio de grupos considerados inferiores dentro do sistema²⁰. Esse resultado se estruturou em três eixos de análise: discurso fascista e estrutura patriarcal como pano de fundo nos impactos, motivação e propagação: “a violência política continua”; estratégias de resistência: “a fala era minha grande arma”; outros grupos alvos: “essas pessoas simplesmente, querem evitar que os outros possam existir como são”²¹.

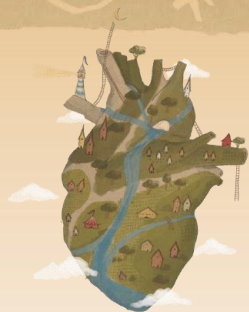
¹⁷ BORIS, George Daniel Janca Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Revista Mal-estar e Subjetividades*, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007.

¹⁸ BRASIL. Ministério das Mulheres. *Folder digital da campanha Brasil sem misoginia*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/campanhas/2023/brasil-sem-misoginia/acesse-os-materiais/folderdigital-brasilsemmisoginia.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

¹⁹ BERTIM, 2023.

²⁰ BERTIM, 2023.

²¹ BERTIM, 2023.



IX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO TERRA + PÃO + PAZ

Seguindo os dados da pesquisa, segundo Bertim²², não se pode dissociar o discurso fascista, patriarcal e racista, porque todos eles têm uma estratégia, ou objetivo em comum, a desumanização daquele sujeito, apontado pelos grupos considerados dignos de direitos, identificando-o não mais como pessoa, mas como coisa, um mero corpo, indigno de reconhecimento, de existência. É assim que a mulher se encontra no alvo deste fenômeno.

O banimento da mulher de um espaço político, de voz, não é um fenômeno novo. Desde a constituição da sociedade os papéis sociais vêm se sustentando em discursos que estabelecem a mulher como um ser inferior ao homem, incapaz de fazer as mesmas atividades que ele, frágil e submissa, tendo como função cuidar de casa e dos filhos, não podendo estar em lugares de destaque, como um emprego ou participando de funções políticas²³.

Essa ideia sustenta uma cultura, em sua maioria patriarcal, partindo da ideia de que cultura é o complexo dos padrões de comportamento, das crenças e instituições e dos outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade. E assim, esse discurso, passa a legitimar esse tipo de ato, potencializando sentimentos de repulsa, aversão às mulheres, e a noção de ter direito de dar vazão a eles, tornando-se instrumento de manutenção de um discurso fascista²⁴.

Vladimir Safatle²⁵ explica que o discurso fascista tem alguns pontos que são base estruturante: culto à violência - se venceria a impotência da vida através da força individual, e então a liberdade se transforma num ato de liberação da; política do medo, que organiza a sociedade através de um sentimento de alerta e paranoia; insensibilidade absoluta: é uma lógica de extermínio da diferença, daqueles grupos desumanizados pelo sistema; uma autoridade acima da lei, que a encarna, e através de seu poder, libera os atos.

Segundo Safatle²⁶, toda política é uma questão de circuitos de afetos e de estrutura de visibilidade, ou seja:

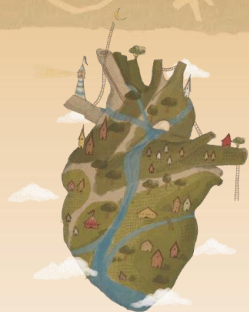
²² BERTIM, 2023.

²³ BERTIM, 2023, p. 5.

²⁴ BERTIM, 2023.

²⁵ SAFATLE, Vladimir. O que é fascismo? *Revista Cult*, 22 out. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-que-e-fascismo/>. Acesso em: 28 nov. 2025.

²⁶ SAFATLE, 2018, online.



IX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO TERRA + PÃO + PAZ

Trata-se de definir o que pode ou não nos afetar, com qual intensidade, e para tanto há de se gerir gramática do que é visível, as formas como as existências são reconhecidas. Na vida social, ser reconhecido é existir, o que não é reconhecido, não existe, mas o reconhecimento obriga/exige que aquele que reconhece mude também, porque ele vai habitar o mundo agora com corpos que antes não o afetavam, e isso aparece para alguns como insuportável.

A violência política de gênero e a perspectiva decolonial: o casamento nefasto entre racismo estrutural e patriarcado

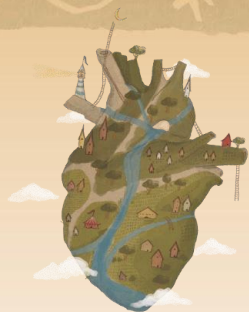
Chamamos de perspectiva decolonial, uma releitura da história que revisita as relações de poder na entrada da Modernidade, e propõe como marcos dessa origem a conquista da América e no controle do Atlântico pela Europa, entre o final do século 15 e o início do 16 e não no Iluminismo (com a Revolução Francesa) e na Revolução Industrial, como comumente aprendemos na escola²⁷. Reorientar o olhar na entrada na modernidade tem as seguintes implicações: compreender que a partir das grandes navegações houve junto a instauração do mercado negreiro e uma assimetria das relações de poder entre a Europa e seus *outros*, o que “implica necessariamente a subalternização das práticas e subjetividades dos povos dominados [...] a partir de dois eixos estruturais baseados no controle do trabalho e no controle da intersubjetividade”²⁸. Ao fundar uma lógica de dominação no “sistema-mundo”, os autores ainda trazem que, na perspectiva das subjetividades, se tornou específico a produção do conhecimento ser autocentrada e ocidentalizada, de forma que o discurso científico tomou o homem europeu branco como o “sujeito universal”²⁹, criando uma ideologia da branquitude que se reconhece superior aos seus *outros*:

Para o autor a construção do ‘penso, logo existo’ e fertilizada no Ego Conquisto, no estabelecimento dos processos de subjetivação do homem europeu que se reconhece como superior racialmente e logo intelectualmente, sendo autorizado a aniquilar outros grupos considerados

²⁷ QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz. Uma breve história dos estudos decoloniais. *MASP Afterall*, São Paulo, n. 3, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

²⁸ QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 5.

²⁹ NARDI, Henrique Caetano; KVELLER, Daniel Boianovsky; MACHADO, Paula Sandrine. Direitos Humanos e os marcadores sociais da diferença: desafios do cenário brasileiro. In: NARDI, Henrique Caetano et al (Orgs.). *Políticas públicas, relações de gênero, diversidade sexual e raça na perspectiva interseccional*. Porto Alegre: Secco, 2018. v. 1. p. 9-16.



IX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO TERRA + PÃO + PAZ

primitivos, irracionais, inferiores. O extermínio se consolida como conexão entre a conquista e a intelectualidade, e a condição sócio-histórica na qual se inaugura o modelo de ciência que ainda hoje admitimos como parâmetro de inteligibilidade em muitas disciplinas.³⁰

Nesse sentido, se torna evidente o caráter estrutural do racismo³¹ e do patriarcado como lógicas operantes que legitimam discursos e ideologias que se tornam formas de violência sistemáticas e intimamente conectadas, como a branquitude, o classismo³², fascismo e sexismo³³. Retomando a proposição anterior do filósofo Safatle³⁴, podemos compreender que o sistema fascista opera numa lógica de manutenção de uso de violência, mesmo que sempre se atualizando conforme o contexto, mas nunca deixando de estar lá uma vez que essa violência não surgiu agora, mas está em execução desde a colonização do país. Assim, essa indiferença social do fascismo brasileiro advém principalmente da necropolítica colonial que foi a base da constituição da sociedade, visto como a colonização formatou o mundo a partir de um sistema capitalista baseado nessa desigualdade, tendo como exemplo e ponto inicial como dito anteriormente, o mercado escravo, onde o povo africano foi tirado de seu território, que foi invadido pelo povo europeu, transportado como carga, para o Brasil, e vendido como mão de obra, tendo suas culturas, linguagem impedidas de serem vividas e também, a opressão da cultura indígena, na “conquista” de território pelo povo europeu³⁵. Com isso, ocorre um enlace entre a colonialidade e o poder, entre dominação cultural e capitalismo, que determina a forma como esses grupos devem existir, não mais em lugares de fala e subjetividade, mas como objetos de uso do sistema³⁶.

³⁰ GONZAGA, Paula Rita Bacellar. Interseccionalidade: uma contribuição do feminismo negro para a construção de práticas e conhecimentos antirracistas em Psicologia. In: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). *Psicologia brasileira na luta antirracista*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2022. v. 1. p. 155-182. p. 156.

³¹ Crença de que há raças superiores e inferiores. Cf. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os*. Brasília: CFP, 2017.

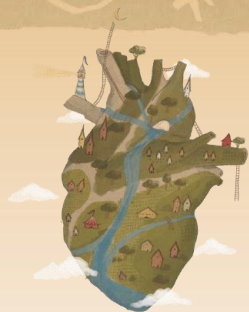
³² Ou a discriminação de classe tem como lastro a crença de que em qualquer âmbito da vida os ricos são superiores que os pobres. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017.

³³ Fundamenta-se no pressuposto ideológico de que há uma identidade de gênero superior, a do homem heterossexual, e que as demais são inferiores, o que inclui mulheres, gays, transexuais, travestis, intersexos, queer, dentre outras. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017.

³⁴ SAFATLE, 2018.

³⁵ QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019.

³⁶ BERTIM, 2023.



IX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO TERRA + PÃO + PAZ

E nesse contexto, retomando o posicionamento de Tiburi (2016), que traz que o fascismo opera através da oferta de um existir por meio do extermínio do outro, nota-se que não apenas as mulheres vêm sendo afetadas, mas também todos aqueles grupos que são historicamente oprimidos pelo fascismo e pela política brasileira *‘essas pessoas simplesmente, elas querem evitar que os outros possam existir como são né’* (entrevistada 2)³⁷.

E é neste ponto, que a reconstituição de um espaço de fala, se torna perigoso, quando a ordem social se mimetiza com a violência³⁸, porque cria, através de um testemunho, o compartilhamento de um sentido social, que reconhece, que une e que explica, dá nome. No caso da lógica de extermínio das diferenças, constituinte do sistema fascista, abrir um espaço para um discurso que valida as diferenças raciais, de gênero, orientação sexual e culturais pode colocar em problemática uma estrutura fundante da política colonial fascista presente no Brasil, justamente por isso, podemos entender o porquê de alguns recursos sociais serem atacados nos últimos anos, como a arte, cultura, políticas de defesa aos direitos humanos, numa tentativa de cerrar esses contornos que possibilitam visibilidade à outras formas de existir.

CONCLUSÃO

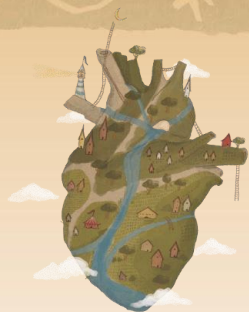
Conclui-se que, diante das violências testemunhadas no cenário político atual, principalmente voltados à grupos específicos, nomeados alvos pelo discurso fascista, junto da lógica patriarcal e colonial, torna-se inquestionável a ascensão da violência em ato, como forma de manutenção da estrutura da ordem fascista brasileira na política.

Seguindo o recorte de gênero, as mulheres tornam-se figuras alvo, uma resposta a maior possibilidade construção de atuação política, que denuncia aqueles que detém o poder. Onde resistir é reconstituição de lugar de fala, nomeação da violência e construção de saber, de subjetividade e existência, a violência política de gênero é uma ferramenta, não nova, de tentativa de aniquilação.

Os retratos desta violência mostram o horror da violência contra a mulher, a perseguição com aquelas que buscam existir na política. A partir da nomeação do crime, existem os números crescentes dessa prática, existem as vítimas, os autores. Essa noção

³⁷ TIBURI, Márcia, 2016 *apud* BERTIM, 2023.

³⁸ Governo Bolsonaro 2019-2022.



IX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO

TERRA + PÃO + PAZ

escancara a motivação e quem se beneficia. Os retratos tornam impossível não ver, e a nomeação torna possível fazer algo.

REFERÊNCIAS

BERTIM, Tauana Minozzo. *Impactos da violência política na perspectiva das vítimas*. 2023. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Santo Ângelo, 2023. Inédito.

BORIS, George Daniel Janca Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. *Revista Mal-estar e Subjetividades*, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, set. 2007.

BRASIL. Ministério das Mulheres. *Folder digital da campanha Brasil sem misoginia*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/campanhas/2023/brasil-sem-misoginia/acesse-os-materiais/folderdigital-brasilsemmisoginia.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogos/os*. Brasília: CFP, 2017.

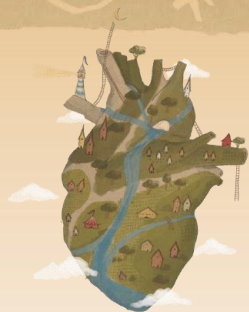
D'ÁVILA, Manuella. *Sempre foi sobre nós: relatos da violência de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

G1. *O que motivou ataques a Marina Silva no Senado: 'Fui agredida fazendo meu trabalho'*. Rio de Janeiro, 28 maio 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/05/28/o-que-motivou-ataques-a-marina-silva-no-senado-fui-agredida-fazendo-meu-trabalho.ghtml>. Acesso em: 28 nov. 2025.

GERBER, Keilah Freitas. *Teu nome é minha herança: a nomeação a partir da psicanálise lacaniana*. 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2018.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. Interseccionalidade: uma contribuição do feminismo negro para a construção de práticas e conhecimentos antirracistas em Psicologia. In: COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). *Psicologia brasileira na luta antirracista*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2022. v. 1. p. 155-182.

HAJE, Lara (Reportagem); BECKER, Marcia (Edição). Sancionada lei de combate à violência política contra a mulher. *Agência Câmara de Notícias*, Brasília, 4 ago. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/789925-sancionada-lei-de-combate-a-violencia-politica-contra-a-mulher/>. Acesso em: 28 nov. 2025.



IX CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE GÊNERO E RELIGIÃO TERRA + PÃO + PAZ

MATOS, Marlise; GONÇALVES, Viviane; MONTEIRO, Ester. A violência política contra as mulheres em perspectiva interseccional (VPCMI): Minas Gerais como locus teórico e prático sobre a compreensão do fenômeno. *Terceiro Milênio*, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 23, n. 1, p. 16-39, jan./abr. 2024. DOI: <https://doi.org/10.59901/2318-373X/v23n1a1>.

MEMÓRIA GLOBO. *Caso Marielle*. 2021. Disponível em: https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/noticia/caso-marielle.ghhtml#ancora_1. Acesso em: 30 nov. 2025.

NARDI, Henrique Caetano; KVELLER, Daniel Boianovsky; MACHADO, Paula Sandrine. Direitos Humanos e os marcadores sociais da diferença: desafios do cenário brasileiro. In: NARDI, Henrique Caetano et al (Orgs.). *Políticas públicas, relações de gênero, diversidade sexual e raça na perspectiva interseccional*. Porto Alegre: Secco, 2018. v. 1. p. 9-16.

PINHO, Tássia Rabelo de. Debaixo do tapete: a violência política de gênero e o silêncio do conselho de ética da câmara dos deputados. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1-14, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n267271>.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz. Uma breve história dos estudos decoloniais. *MASP Afterall*, São Paulo, n. 3, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2025.

ROMIO, Caroline Matos; ROSO, Adriane. Violência política: as representações sociais mobilizadas por comentários antifeministas. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 18, n. 52, p. 442-461, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.11177201>.

SAFATLE, Vladimir. O que é fascismo? *Revista Cult*, 22 out. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-que-e-fascismo/>. Acesso em: 28 nov. 2025.